

CADERNO DE ENCARGOS

(artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

CONCURSO PÚBLICO

Cláusula 1.ª - Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a identificação “**CP19/2024 – Instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis na Região de Coimbra no âmbito do projeto PDR2020-813-103830**”, sendo um procedimento por Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por o valor do contrato ser superior a 221.000,00 €, *ex vi* do artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP.

Cláusula 2.ª - Objeto do contrato

O presente Caderno de Encargos tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos da aquisição de serviços para instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis na Região de Coimbra, no âmbito do projeto PDR2020-813-103830, de acordo com as especificações técnicas constantes do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.ª - Preço base

1. O preço base, enquanto preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de **708.361,79 €** (setecentos e oito mil, trezentos e sessenta e um euros e setenta e nove centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços unitários por cada serviço prestado e por cada bem corresponderão ao que for fixado pelo adjudicatário no **Anexo III** (Lista de Preços Unitários) apresentado com a proposta, fazendo-se a ressalva de que os pagamentos dos preços unitários adjudicados só serão efetuados após o preenchimento pelo adjudicatário e validação por parte da entidade adjudicante do ANEXO B, o qual pressupõe, desde logo, a aplicação da fórmula de apuramento do valor a faturar por ação e local ali constantes.
3. O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Cláusula 4.ª - Prazo de Execução

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua outorga e vigora pelo número de dias constantes da proposta adjudicada, o qual não poderá, desde logo, ultrapassar os 330 (trezentos e trinta) dias de execução.
2. O adjudicatário obriga-se ao estrito cumprimento do prazo de execução que resultar do **Anexo IV**, enquanto atributo da proposta e documento definidor dos termos de execução do contrato.

Cláusula 5.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 6.ª - Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem a execução do contrato

Não existem pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações que podem condicionar a execução do contrato.

Cláusula 7.ª - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. A entidade adjudicante deve proceder à análise dos elementos solicitados e posterior validação, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, e seus anexos, e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e seus anexos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Cláusula 8.ª - Conformidade e garantia técnica

1. O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, aplicável às prestações de serviços, o prestador de serviços

e fornecedor garante os bens e serviços objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da entrega, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação.

3. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra;
 - h. A boa execução dos serviços.
4. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 9.^a - Trabalhadores afetos à prestação de serviços

1. Nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 42.º do CCP, os cadernos de encargos dos procedimentos de formação de contratos de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos e de aquisição de serviços devem incluir uma cláusula determinando a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no artigo 419.º-A.
2. Considerando as prestações objeto do presente contrato, tem o adjudicatário de demonstrar o cumprimento do previsto no artigo 419.º-A do CCP.
3. Os trabalhadores afetos a contratos de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos e de aquisição de serviços cujo prazo seja superior a um ano têm de prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
4. Os trabalhadores afetos a contratos de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos e de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato objeto do presente procedimento.
5. O disposto no n.º 3 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
6. O disposto nos n.ºs 3 e 4 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouro no âmbito da execução do contrato objeto do presente procedimento.

7. O não cumprimento da obrigação de contratação de trabalhadores de acordo com o disposto no número anterior, constitui uma contraordenação muito grave, punível com uma coima de 7.500,00€ a 44.800,00€, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do mesmo código.

Cláusula 10.ª - Dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois (2) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base definido no convite do procedimento.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver no âmbito do projeto, incluindo os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1. A quantia devida pela CIM-RC, nos termos da cláusula anterior, será paga nos termos e em conformidade com o definido pelo **ANEXO B**, que é parte integrante do presente Caderno de Encargos, o qual será disponibilizado também na plataforma eletrónica, e que terá por propósito a justificação da faturação decorrente da **execução das prestações contratuais objeto do procedimento**.
2. O **Anexo B** – que não constitui documento da proposta e, por isso, não deve ser preenchido pelos concorrentes no momento da elaboração e apresentação das suas propostas - será disponibilizado apenas para consulta dos concorrentes, **a fim de lhes permitir aferir o procedimento prévio que irá ser imposto ao adjudicatário** para efeitos de faturação e pagamento dos serviços executados, obrigando-se o mesmo a preencher o anexo após a execução da totalidade das ações previstas em

cada município, bem como um ficheiro georreferenciado (do tipo kml. ou shp.) com a localização das ações executadas.

3. A obrigação pecuniária vence-se 30 (trinta) dias após a data em que a CIM-RC tiver validado o preenchimento do Anexo B e recebido a fatura ou documento equivalente, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
4. Nas faturas deverá ser indicado o número do procedimento, o número sequencial de compromisso e a etapa a que diz respeito.
5. Em caso de discordância por parte da CIM-RC, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

Cláusula 14.^a -A – Penalidades Contratuais e Resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pode exigir do prestador de serviços o pagamento **das seguintes penas pecuniárias:**
 - **1.000,00€ (mil euros) por cada dia de atraso por cada dia de atraso no envio à CIM RC da proposta de calendarização da execução dos trabalhos prevista no Caderno de Encargos;**
 - **500,00€ (quinhentos euros) por cada dia de atraso no início das intervenções, de acordo com as datas de início definidas na calendarização;**
 - **500,00€ (quinhentos euros) por cada dia de atraso na conclusão das intervenções, de acordo com as datas de fim definidas na calendarização;**
 - **250,00€ (duzentos e cinquenta euros) por cada dia de atraso no envio do Anexo B e do ficheiro georreferenciado com a localização das ações executadas, de acordo com os prazos definidos no Cadernos de Encargos.**
2. Se o prazo de incumprimento exceder 30 (trinta) dias, poderá a entidade adjudicante resolver o contrato, com perda para o adjudicatário dos honorários por vencer.
3. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
5. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

Cláusula 13.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 15.^a - Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do disposto no art.º 449º do CCP, aplicável ex vi do artigo 451.º do CCP.

Cláusula 16.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual na fase de execução do contrato depende da autorização escrita da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a - Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 18.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 20.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.^a - Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver expresso neste documento será aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 22.^a - Proteção de Dados

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

Cláusula 23.^a - Especificações Técnicas

Parte I - Disposições Gerais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
 - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
 - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
 - e) Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 10 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
 - f) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - h) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - i) É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços;
 - j) Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços deverá manter reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Ainda, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato podem ainda decorrer para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia do bem;
 - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos, patentes e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - e) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças.

- f) É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à aquisição de bens.
4. Conformidade e operacionalidade dos bens
- O fornecedor obriga-se a entregar onde o contraente público informar os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
 - O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
5. Os bens objeto do contrato devem ser instalados e colocados em serviço pelo Adjudicatário nos locais da região de Coimbra a definir em sede de execução do contrato.

Parte II – Disposições Especiais

A presente aquisição de serviços visa a instalação de, no máximo, 574, 464 hectares de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis nos municípios de Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital e Penela no âmbito do projeto PDR2020-813-103830.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

A totalidade das intervenções a realizar no âmbito do presente procedimento deverão garantir o seguinte:

- Nos locais identificados na shapefile em anexo (Anexo D) deverão ser desencadeadas as ações que constam do Caderno de Encargos e os seus anexos;
- O adjudicatário deverá atender aos métodos constantes do Caderno de Encargos para a definição dos meios mecânicos e manuais necessários à boa execução do contrato, dando cumprimento aos métodos definidos para cada um dos locais de intervenção, bem como as condicionantes previstas;
- As ações a implementar e a utilização de meios mecânicos e moto-mecânicos deverão cumprir com o disposto na legislação em vigor relativa à prevenção de incêndios rurais e demais legislação relativa às boas práticas florestais;
- No decurso das intervenções devem ser salvaguardados os exemplares de regeneração natural de espécies autóctones;
- Deverá ser assegurada a salvaguarda de espécimes das espécies da flora e da fauna com estatuto de proteção legal estabelecido pelo Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro, e no Decreto-Lei nº 316/89 de 22 de setembro, bem como de espécies da fauna e da flora com estados de conservação desfavoráveis definidos no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral et al., 2005) e na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental (Carapeto et al., 2020);

- f) Devem ser previamente identificados, com fitas sinalizadoras, todos os exemplares de espécies arbóreas, arbustivas e subarbusivas da flora autóctone com estatuto de proteção legal e com estado de conservação desfavorável, referidas no ponto anterior, e as decorrentes da gestão aplicada, tais como: pinheiro-bravo, cipreste-dos-pântanos, salgueiro, amieiro, carvalho, sobreiro, azinheira, sabina-da-praia, azevinho, medronheiro, samouco, camarinha, bétula, plátano, e outras, de modo à sua salvaguarda no decorrer da execução das ações subsequentes;
- g) Após a conclusão de todas as ações, deve ser retirada a sinalização utilizada e colocada em local adequado ao seu tratamento;
- h) As árvores alvo das ações do projeto com diâmetro à altura do peito (DAP) maior ou igual a 0,075 metros, devem ser abatidas, toradas e deixadas em local a designar pela entidade adjudicante;
- i) Os locais de deposição dos materiais lenhosos resultantes do corte devem ser previamente aprovados pela entidade adjudicante;
- j) A vegetação cortada com DAP inferior 0,075 metros a deve ser sujeita a procedimento adequado de destroçamento no local da intervenção e redução a estilha com dimensão igual ou inferior 3 cm;
- k) A biomassa triturada não pode ser depositada em margens de linhas de água, em áreas de afloramentos rochosos ou em sistemas dunares que apresentem condições favoráveis para a existência de Habitats e de espécies da fauna e da flora com estatuto de proteção legal ou com relevante interesse para a conservação da natureza;
- l) Em caso de necessidade, é da responsabilidade do adjudicatário a criação de acessos aos locais de intervenção;
- m) A realização dos trabalhos nos espaços rurais deve observar as disposições do regime legal do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR; Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual);
- n) Sempre que necessário, é da responsabilidade do adjudicatário garantir todos os procedimentos de autorização/comunicação prévia previstos no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR; Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual);
- o) Nas ações de fogo controlado o adjudicatário deverá dar cumprimento ao previsto no Despacho n.º 7511/2014 de 9 de junho e demais regulamentos previstos no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais associados à utilização de fogo técnico;
- p) É da responsabilidade do adjudicatário a solicitação dos pedidos de autorização ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para o abate de coníferas hospedeiras no NMP e para a execução de podas de sobreiro e azinheiro. As referidas autorizações deverão ser remetidas à entidade adjudicante antes do início dos trabalhos;
- q) É da responsabilidade do adjudicatário que todos os elementos que irão integrar as equipas de acompanhamento, gestão e execução das ações previstas no Caderno de Encargos detêm a formação e habilitação adequada e todos os seguros legalmente exigidos.
- r) No decorrer da execução do projeto, a segurança e integridade física dos intervenientes e demais usufrutuários do espaço do florestal deve ser escrupulosamente garantida pelo adjudicatário e a esta caberá em exclusivo a responsabilidade por qualquer situação anómala que ocorra;
- s) No decurso da execução dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos são da responsabilidade do adjudicatário todos os danos causados a terceiros;

- t) O adjudicatário tem de garantir que os trabalhos são acompanhados permanentemente por um técnico que deverá possuir licenciatura na área das ciências florestais;
- u) Deverá ser assegurado o devido respeito e urbanidade com a CIM RC, Municípios e demais entidades, incluindo todos os seus funcionários e colaboradores, bem como os utilizadores dos espaços a intervir;
- v) Todos os populares que necessitem de esclarecimentos sobre as intervenções devem ser encaminhados para a CIM RC;
- w) Deverá ser garantida a confidencialidade de todos os pormenores ou informações direta ou indiretamente relacionadas com o serviço a executar ou com a atividade da CIM RC e dos Municípios em geral.

- Após a assinatura do contrato, **o adjudicatário tem 2 dias úteis para apresentar junto da entidade adjudicante uma proposta de calendarização da execução dos trabalhos através do preenchimento do Anexo C**, tendo em consideração o número de dias apresentados na proposta, devendo a referida calendarização definir as datas de início e fim das intervenções em cada município;

- A calendarização a apresentar poderá prever trabalhos em mais do que um município/local em simultâneo.

- A entidade adjudicante tem 2 dias úteis para proceder à validação do Anexo C junto do adjudicatário;

- O adjudicatário deverá integrar na referida calendarização 1(uma) visita prévia de preparação das intervenções em cada município;

- O adjudicatário deverá comunicar à CIM RC sempre que se verifique a execução de 50% e de 100% dos locais previstos em cada município;

- No decurso da execução do contrato e caso se verifique a impossibilidade de executar a totalidade dos hectares previstos em cada uma das ações por local, o adjudicatário deverá reajustar a faturação, por ação e por local, de acordo com a seguinte fórmula que consta do Anexo B:

Fórmula de apuramento do valor a faturar por ação e por local:

$$\frac{\text{Nº de hectares intervencionados} \times \text{Valor da proposta}}{\text{Área de Intervenção}}$$

- Os Anexos B e C são disponibilizados para consulta permitindo aferir, por parte dos concorrentes, o procedimento prévio à faturação que deverá ser implementado pela entidade detentora da proposta vencedora, bem como o ficheiro a preencher para a apresentação da proposta de calendarização da execução dos trabalhos. Os Anexos B e C não deverão ser preenchidos pelos concorrentes em fase de concurso.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO

A presente aquisição de serviços visa a instalação de, no máximo, 574, 464 hectares de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis nos seguintes municípios:

- Condeixa-a-Nova: Até 229,637 hectares
- Góis: Até 35,093 hectares
- Lousã: Até 122,716 hectares
- Oliveira do Hospital: Até 16,154 hectares
- Penela: Até 170,864 hectares

Os serviços a realizar compreendem ações que devem cumprir com as condições gerais de execução do contrato.

A execução do contrato compreende 5 (cinco) ações, a saber:

- Execução de Fogo Controlado
- Podas de Formação
- Redução de Densidades
- Desramação
- Controlo de vegetação espontânea

As diferentes ações a implementar devem cumprir o descrito abaixo:

1) Execução de Fogo Controlado

Na execução de ações de fogo controlado deverão ser delimitadas e preparadas as parcelas identificadas no Caderno de Encargos com o objetivo de criar condições de segurança em todo o seu perímetro através do controlo de vegetação espontânea.

Para além das ações de controlo de vegetação espontânea, a delimitação perimetral das parcelas de fogo controlado deverá incluir uma operação manual de criação de faixas até ao solo mineral.

No uso do fogo controlado deverá ser promovida a manutenção de faixas de mato não intervencionado, como forma de fomentar mosaicos de habitat para a fauna e áreas relevantes para os polinizadores.

Para a execução das ações de fogo controlado deverão ser garantidos os meios de apoio considerados convenientes para a ação, assim como a logística associada, nomeadamente, combustível para a queima e alimentação para o efetivo de apoio.

As ações de fogo controlado deverão ser realizadas cumprindo a prescrição meteorológica e o estado dos combustíveis, estabelecida para as áreas de matos, de modo a garantir a segurança da sua execução.

As ações de fogo controlado deverão ser planeadas e executadas sob responsabilidade de um técnico credenciado em fogo controlado (com credenciação certificada e válida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas).

A data prevista para a realização das ações de fogo controlada deverá ser atempadamente comunicada à CIM Região de Coimbra.

Após a realização das ações de fogo controlado deverá ser elaborado e enviado à CIM RC o Plano Operacional de Queima com as peças escritas e cartografia vetorial da área executada.

As ações de fogo controlado não devem ser executadas em dias de aviso meteorológico amarelo ou superior para tempo quente, vento ou trovoada emitido pelo IPMA, bem como em dias de Estado de Alerta Especial de nível Amarelo ou superior decretado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

2) Podas de Formação

A execução de Podas de Formação tem como principal objetivo a obtenção de uma descontinuidade vertical dos combustíveis florestais e a promoção do desenvolvimento saudável dos povoamentos.

Os cortes a efetuar devem ser rentes e lisos, sem causar lesões na restante parte do tronco, cumprindo as boas práticas florestais.

Os critérios a considerar na execução das podas de formação deverão ser definidos nas visitas técnicas previstas no Caderno de Encargos.

Todo o material cortado deverá ser eliminado do local de intervenção, de acordo com os requisitos constantes das Condições Gerais de Execução do Contrato.

3) Redução de Densidades

Na redução de densidades devem ser cortadas prioritariamente as árvores mal conformadas, secas ou com sintomas de declínio ou de ataques de agentes bióticos nocivos.

Todo o material cortado deverá ser eliminado do local de intervenção, de acordo com os requisitos constantes das Condições Gerais de Execução do Contrato.

4) Desramação.

A execução de Desramações tem como principal objetivo a obtenção de uma descontinuidade vertical dos combustíveis florestais.

Os cortes devem ser rentes e lisos, sem causar lesões na restante parte do tronco, cumprindo as boas práticas florestais.

Os critérios a considerar na execução das desramações deverão ser definidos nas visitas técnicas previstas no Caderno de Encargos.

Todo o material cortado deverá ser eliminado do local de intervenção, de acordo com os requisitos constantes das Condições Gerais de Execução do Contrato.

5) Controlo de vegetação espontânea

Através de ações de silvicultura preventiva, pretende-se reduzir a continuidade horizontal a nível do estrato arbustivo e herbáceo.

A vegetação espontânea deverá ser totalmente cortada e destroçada, ou removida para local adequado, consoante a melhor adequação e as restrições aplicáveis.

OUTROS REQUISITOS A CONSIDERAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A totalidade dos locais de intervenção localizadas nos municípios de Lousã e Góis coincidem com a Zona Especial de Conservação (ZEC) PTCON0060 – Serra da Lousã, classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março. As intervenções nestes locais, pela sua localização, encontram-se, portanto, sujeitas ao Regime Jurídico da Rede Natura 2000 (RJRN2000), definido pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, bem como ao estabelecido no Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Assim nos locais acima referidos o adjudicatário deverá prever ainda o seguinte:

- Especial cuidado no decorrer das intervenções nas áreas correspondentes a habitats protegidos no âmbito da legislação referida: a vegetação autóctone associada às linhas de água (numa faixa de 10m em cada margem); as áreas de afloramentos rochosos e áreas envolventes com prados e matos baixos; as áreas com carvalhal (*Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), azevinho (*Ilex aquifolium*), no sentido de assegurar a sua não afetação. Estas formações deverão ser salvaguardadas de corte, mobilizações de solo, circulação de viaturas, deposição de sobranes ou qualquer outras ações potencialmente lesivas;
- Em todas as intervenções devem ser adotadas as medidas necessárias para salvaguardar os exemplares dispersos de espécies arbustivas e arbóreas autóctones, características dos habitats da Serra da Lousã que eventualmente ocorram nos locais, assim como a regeneração natural destas espécies. Referem-se a título de exemplo: carvalho (*Quercus robur* L. ou *Quercus pyrenaica*), castanheiro (*Castanea sativa* L.), azinheira (*Quercus rotundifolia*), salgueiros (*Salix* sp.), medronheiro (*Arbutus unedo*), azevinho (*Ilex aquifolium*), entre outras;
- Devem ser adotadas medidas necessárias à gestão diferenciada da restante vegetação arbustiva e herbácea que constitui o sub-coberto característico dos habitats protegidos. Esta vegetação desempenha importantes funções ecológicas e serviços dos ecossistemas, como a formação e proteção do solo, refúgio para a fauna. Esta medida visa também a salvaguarda de espécies da flora protegidas como *Narcissus bulbocodium*, *Ruscus aculeatus*, *Narcissus triandrus*, etc.;
- Nos locais coincidentes com habitats ou espécies protegidas, as intervenções devem ser executadas de forma manual ou motomanual;
- Na gestão dos matos, deverá ser promovida a manutenção de faixas de mato não cortado/intervencionado, como forma de proteger o solo da erosão, fomentar mosaicos de habitat para a fauna e áreas relevantes para os polinizadores;
- Devem ser salvaguardados os exemplares de árvores longevas de espécies autóctones, com vista a

preservar o habitat favorável para espécies de quirópteros arborícolas e de invertebrados com estatuto de proteção legal (como *Lucanus cervus*);

- Devem ser adotadas medidas que permitam gerir de modo adequado as espécies exóticas com caráter invasor e a biomassa resultante do seu corte, conforme o Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, para minimizar a possibilidade de dispersão daquelas espécies;
- No decorrer das intervenções deve ser promovido o controlo adequado das populações de espécies invasoras, dando prioridade aos focos de invasão ainda de pequena dimensão, passíveis de uma erradicação precoce e a áreas de dispersão (como p.e., as bermas de vias de comunicação e cursos de água);
- Nos locais onde se aplique fogo controlado e ocorram afloramentos rochosos deve ser prescrito um regime de fogo cuja intensidade e comprimento da chama não atinja estas áreas de forma a salvaguardar os habitats e espécies rupícolas que aí ocorrem;
- Os trabalhos devem ser realizados fora do período compreendido entre 15 de março a 15 de julho, com o objetivo de minimizar a afetação das espécies durante o período reprodutivo;
- Recomenda-se a balizagem, de forma bem visível pelos operadores, por exemplo com fita sinalizadora, das áreas referidas acima com maior valor ecológico;
- Não deverá ocorrer abertura de novos acessos nem o alargamento dos acessos existentes sem a autorização prévia da entidade adjudicante, após parecer prévio parecer do ICNF, I.P.;
- O abastecimento de combustível e a realização de eventuais operações de reparação de máquinas e equipamentos a utilizar nas operações deverá ser efetuado num único local e devidamente preparado para a realização desta operação, de modo a prevenir derrames de lubrificantes e de combustíveis e a consequente possível contaminação do solo e das águas;
- Constituem ainda obrigações o cumprimento da legislação relativa:
 - Proteção do azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium* L.) - Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro;
 - Proteção do sobreiro e azinheira - Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo DL n.º 155/2005, de 30 de junho.
- O corte e abate de árvores, armazenamento e transporte de material lenhoso deve conter os mecanismos e os procedimentos previstos no Decreto-lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho, que refere ao programa nacional para controlo do nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner & Bühner) Nickle et al.), designadamente a permanência por curtos períodos de tempo.
- As ações a realizar em cada parcela estão descritas no Anexo A ao caderno de encargos.b

Lista de Anexos:

- **Anexo A - Ações a realizar em cada parcela**
- **Anexo B - Procedimento prévio à faturação que deverá ser implementado pela entidade detentora da proposta vencedora**
- **Anexo C - Proposta de calendarização da execução dos trabalhos** (a que alude o n.º 2 do artigo 27.º do Programa do Concurso)
- **Anexo D – Locais de Intervenção**

O Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)